

PRESENÇA INDÍGENA NA CIDADE: USOS E APROPRIAÇÃO DE AMBIENTES URBANOS

LAUHANA AMANDA KERN¹, NAUÍRA ZANARDO ZANIN²

1 Introdução

Com o objetivo de compreender a presença de indígenas que comercializam artesanato em centros urbanos, foi desenvolvido o subprojeto "Presença indígena na cidade: uso e apropriação de ambientes urbanos", vinculado ao programa de pesquisa "Ambiências em arquitetura e urbanismo: as pessoas e a criação de lugares significativos", da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Neste resumo serão apresentados os resultados parciais.

Por uma série de preconceitos que apresentam raízes históricas, a invisibilidade da presença indígena no espaço urbano ainda persiste. Em algumas situações perdura a ideia equivocada de que o indígena “deixa de ser índio” quando está no espaço urbano. Originada de um longo processo de colonização, as imagens estereotipadas do índio ligado à natureza, corroboram para a ocorrência de ações discriminatórias, tal como a insistência em negar a presença indígena na cidade como legítima. Contudo, muitas famílias indígenas deslocam-se de seus territórios, reservas e acampamentos para comercializarem seu artesanato nas cidades, atividade que constitui importante fonte de subsistência diante da escassez de terras férteis e da degradação ambiental das áreas destinadas a essas comunidades (ROSADO; FAGUNDES, 2013; BAPTISTA; COELHO DE SOUZA, 2013; ZANIN et al., 2022). Nesse contexto, a pesquisa busca compreender como essa presença se constitui no espaço urbano e de que forma a arquitetura e o urbanismo podem contribuir para qualificar essa relação.

2 Objetivos

O presente projeto tem como objetivo compreender de que forma os povos indígenas se apropriam dos espaços urbanos e identificar estratégias que possam contribuir para um acolhimento mais qualificado dessa população nas cidades. Para isso, fundamenta-se em referenciais teóricos que possibilitam refletir sobre a presença indígena no contexto urbano, bem como compreender o histórico dessa relação nos locais analisados. Além disso, busca

1 Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Erechim, contato: lauhana.kern@estudante.uffs.edu.br

2 Dra. Docente em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul, **Orientadora**.

analisar as políticas públicas voltadas à temática, identificar os fatores que influenciam essa apropriação dos espaços e compreender como ela ocorre na prática, evidenciando as principais dificuldades e potencialidades dessa relação. A partir da pesquisa exploratória de casos, almeja-se organizar um acervo de referências arquitetônicas que indiquem alternativas para garantir dignidade às pessoas indígenas que frequentam os centros urbanos.

3 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental sobre a presença dos povos indígenas nos centros urbanos, contemplando referenciais teóricos, políticas públicas e documentos relacionados à temática. Também são realizadas observações sobre a utilização dos espaços públicos por indígenas, especialmente aqueles destinados à comercialização de artesanato.

O levantamento de referências arquitetônicas abrangeu projetos nacionais e internacionais localizados nas Américas e na Oceania, selecionados por meio de fotografias, memoriais descritivos, documentos de projeto, notícias e outras publicações. Os estudos foram organizados em três categorias: projetos construídos em colaboração com os povos indígenas; projetos idealizados e não executados; e pré-existências readequadas para atender às demandas dessas comunidades. Ao todo, foram identificados 12 projetos construídos em colaboração com povos indígenas, 4 projetos idealizados e 12 pré-existências com adequações, apresentados abaixo.

- Projetos executados para povos indígenas: Aldea Intercultural Trawüpeyüm; Centro de Desenvolvimento Produtivo Comunitário Las Tejedoras; Makah Cultural Research Center; Yakama Nation Cultural Center; Pomo Cultural Center; Seneca Iroquois; Centro Cultural Indian Pueblo; Museo Ixchel del Traje Indígena; Te Puia – Instituto de Artes e Cultura Maori da Nova Zelândia; Kalinago Barana Autê; Memorial da Cultura Indígena – Cacique Enir Terena; Casa de Artesanato dos Indígenas Guarani Mbya.
- Projetos idealizados: Casa de Passagem (TISAC); Memorial Parque das Hortênsias; Espaço Indígena Mbyá Guarani; Projeto Praça XV.
- Pré-existências com readequações: Museu das Amazônias (MAZ); Casa de Passagem e Cultura Indígena – Curitiba; Museu Magüta; Loja Arte Indígena Mercado Bom Fim; Tucum; MAI – Museu de Arte Indígena; Centro de Artesanato Roraima; MCI – Museu das Culturas Indígenas; Alter do Chão (PA): Araribá Cultura Indígena; Casa de

Passagem Ponta Grossa; Casa de Passagem Maringá; Casa de Passagem Guarapuava.

Entre os projetos levantados, foram selecionados para análise aprofundada aqueles que apresentavam maior disponibilidade de documentação técnica, como plantas baixas, cortes, memoriais descritivos e registros do processo de projeto. Foram escolhidos a Aldeia Intercultural Trawupeyũm em Curarrehue no Chile, o Centro de Desenvolvimento Produtivo Comunitário Las Tejedoras em Guayaquil no Equador, o Makah Cultural and Research Center em Neah Bay nos Estados Unidos da América, o Indian Pueblo Cultural Center em Albuquerque nos Estados Unidos da América, o Museu das Amazônias (MAZ) em Belém no Pará, o Espaço Indígena Mbyá Guarani em Maquiné no Rio Grande do Sul, a Casa de Artesanato dos Indígenas Guarani Mbya em Florianópolis em Santa Catarina e a Casa de Passagem (TISAC) também em Florianópolis.

Todos os projetos levantados foram analisados quanto à materialidade, às simbologias, à forma arquitetônica, ao contexto sociocultural, à promoção da sociabilidade e à participação comunitária, sempre que essas informações estavam disponíveis nas fontes consultadas. Para os estudos de caso selecionados, a análise foi ampliada com a investigação dos usos, da relação com o entorno, das estratégias de adequação climática e da inserção no contexto natural, a partir da documentação técnica disponível. Esse conjunto de análises busca identificar soluções e subsidiar a elaboração de diretrizes projetuais para espaços destinados à comercialização do artesanato indígena no contexto urbano de Erechim.

4 Resultados e Discussão

A comercialização de artesanato tradicional por povos indígenas em centros urbanos, como observado na presença dos povos Guarani e Kaingang em Erechim/RS, constitui uma importante estratégia de geração de renda, mas também de resistência e afirmação cultural. Ao ocuparem os espaços públicos para comercializar seus produtos, essas comunidades ressignificam ambientes originalmente destinados à circulação, transformando-os em espaços de permanência, convivência e valorização de sua identidade cultural (ZANIN et al., 2023).

Embora essa presença seja histórica, a permanência desses grupos na cidade ainda ocorre de forma limitada. Em Erechim, por exemplo, a comercialização do artesanato está restrita a locais específicos, evidenciando a ausência de espaços planejados para acolher essa atividade e promover o intercâmbio cultural entre a população indígena e não indígena.

O levantamento bibliográfico e documental também evidenciou a escassez de políticas públicas voltadas especificamente à comercialização do artesanato indígena em áreas urbanas, destacando-se, nesse contexto, a Lei Estadual nº 15.539/2020, do Rio Grande do Sul, e a Lei Municipal nº 18.228/2025, de São Paulo – SP.

Da mesma forma, a busca por referências arquitetônicas revelou um número reduzido de iniciativas relacionadas a essa temática. Apesar da abrangência territorial da pesquisa, que contemplou projetos nacionais e internacionais localizados nas Américas e na Oceania, foram identificados apenas 28 projetos, entre propostas construídas em colaboração com os povos indígenas, projetos idealizados e pré-existências readequadas. O reduzido número de referências encontradas indica que iniciativas arquitetônicas destinadas a essa população nos espaços urbanos ainda são pouco frequentes.

A análise comparativa dos projetos identificou aspectos recorrentes relacionados à materialidade, às simbologias, à forma arquitetônica, ao contexto sociocultural, à promoção da sociabilidade e à participação comunitária, sempre que essas informações estavam disponíveis nas fontes consultadas. Nos estudos de caso selecionados para análise aprofundada, também foram investigados os usos, a relação com o entorno, as adequações climáticas e o contexto natural, permitindo compreender de forma mais detalhada as estratégias adotadas em cada projeto.

Figura 1 – Exemplo das fichas de análise elaboradas para os estudos de caso.

Fonte: Autoral.

Os projetos analisados, apesar de inseridos em diferentes contextos, apresentam princípios recorrentes, como a valorização de materiais locais, a incorporação de elementos simbólicos, a criação de espaços destinados ao encontro e a integração entre edificação e paisagem. Essas categorias auxiliam na elaboração das diretrizes projetuais, orientando o planejamento de espaços destinados à comercialização do artesanato indígena em Erechim.

5 Conclusão

Os resultados parciais evidenciam a escassez de políticas públicas e de referências arquitetônicas voltadas à comercialização do artesanato e ao fortalecimento das relações interculturais das comunidades em áreas urbanas. A análise dos estudos de caso permitiu identificar princípios arquitetônicos recorrentes que fundamentam a elaboração das diretrizes projetuais para Erechim/RS. Dessa forma, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de diretrizes que possam orientar a implantação de espaços mais acolhedores, culturalmente representativos e adequados às necessidades das comunidades indígenas nos espaços urbanos.

Referências Bibliográficas

BALLIVIAN, José Manuel Palazuelos (org.). **Tecendo relações além da aldeia: artesanato indígenas em cidades da região sul**. São Leopoldo: Oikos; Comin, 2014.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. Fundação Universidade de Brasília, 1982.

ZANIN, Nauíra Zanardo; et al. Arte indígena na cidade: reflexões sobre patrimônio e territorialidade. **Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 10 (23):n115-134, maio a agosto de 2023. ISSN: 2358-5587

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.539, de 4 de novembro de 2020. Reconhece o artesanato produzido e comercializado diretamente pelas comunidades indígenas como de relevante interesse cultural do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 5 nov. 2020.

ROSADO, Rosa Maria; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (orgs). **Presença Indígena na Cidade: reflexões, ações e políticas**. Realização Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2013, p. 63-87.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 18.228, de 16 de janeiro de 2025. Altera a Lei nº 16.573, de 18 de novembro de 2016, que institui o Programa Municipal do Artesanato Paulistano, e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 17 jan. 2025.

ZANIN, Nauíra Zanardo; KLIMASZEWSKI, Kerli Angélica; ROJESKI, Marvin Davi. Presença indígena na paisagem: da ancestralidade à apropriação contemporânea de espaços livres urbanos em Erechim. In: **XV COLÓQUIO QUAPÁ-SEL: paisagens, distanciamentos e proximidades**, 2022, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: FAU/USP, 2022. p. 275-284.

Palavras-chave: Espaços urbanos; Povos Indígenas; Apropriação; Arquitetura.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2025-0440

Financiamento

